

Relatório da sessão “Tecnologias sociais”

Irma R. Passoni¹

A coordenadora Larissa Barros (secretária executiva da Rede de Tecnologia Social/RTS) abriu os trabalhos, observando a importância de uma sessão sobre “Tecnologias Sociais” no âmbito da Conferência de CT&I, algo bastante difícil há alguns anos, e apresentou notícia dos avanços que o campo do desenvolvimento social tem conhecido, a despeito do imenso trabalho que ainda há a fazer.

Em seguida, passou a palavra a Carlos Bielschowsky, secretário de Educação a Distância do Ministério da Educação (MEC), que centrou sua apresentação sobre os esforços que o governo federal tem empreendido para a promoção da inclusão social pela via da inclusão digital. Falando das ações desenvolvidas na Secretaria de Educação a Distância, observou que é preciso pensar a escola como espaço onde é possível começar a quebrar as desigualdades sociais, de conhecimento, de acesso a bens culturais, etc.

Dentre as estratégias da Secretaria, destacam-se três eixos:

1. Investimentos em infraestrutura (construção e manutenção de laboratórios, expansão e promoção de acesso à Internet);
2. Capacitação de professores, para lidar pedagogicamente com os recursos dos laboratórios (como os cursos oferecidos pela Universidade Aberta do Brasil, que contam também com módulos semipresenciais e laboratórios);

¹ Gerente Executivo do Instituto de Tecnologia Social do Brasil (ITS Brasil).

3. Distribuição de conteúdo digital (em portais como o Portal do Professor, no qual existe ambiente que permite preparar, editar e compartilhar aulas).

Segundo dados apresentados, até o final de 2010, 93% da população escolar contarão com acesso a laboratórios com banda larga.

Outros projetos que foram destacados se referem a tecnologias multimídia (como no caso do projeto Projetor Integrado, um dispositivo que possibilita ao professor projetar aulas e materiais em diversos locais; do programa Um Computador por Aluno, que visa criar condições de superação da exclusão digital e das desigualdades entre alunos de escola pública e outros).

Bielchowsky notou ainda que tais tecnologias também se apresentam como de fundamental importância num modelo de educação, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, que valoriza as escolhas individuais, no sentido de que os alunos são vistos como indivíduos capazes de formular seus próprios itinerários formativos.

Encerrada a apresentação de Carlos Bielchowsky, a coordenadora passou a palavra ao gerente de Parcerias, Articulações e Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil (FBB), Jefferson D'Ávila de Oliveira. Oliveira iniciou sua fala, observando que o conceito de tecnologia social (TS) não se encontra ainda no domínio público, mas que, a despeito disso, existe um grande número de experiências que estão fazendo ou usando tecnologia social – 571 experiências, por exemplo, registradas pelo banco de tecnologias sociais da FBB.

Retomando o histórico da FBB, Oliveira retomou o caminho percorrido até que se chegasse à ideia de que as tecnologias sociais, se registradas e passíveis de reaplicação, consistem numa espécie de patrimônio de inovações sociais.

Jefferson Oliveira apresentou o conceito de tecnologia social utilizado pela Fundação Banco do Brasil: “a tecnologia social compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social”.

Para tornar mais claro o conceito, Oliveira apresentou a experiência do sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), que atualmente conta com cerca de 8.000 hortas implantadas no Brasil. Apontando para os problemas que o sistema ajuda a enfrentar – como a exclusão social do homem do campo, a contenção do êxodo rural –, ele também observa que se trata de uma tecnologia que rompe com a ideia de que o empreendimento de agricultura familiar é, necessariamente, pequeno.

Oliveira apontou ainda as oportunidades que tais experiências têm no contexto das políticas públicas, destacando a importância que uma legislação como a Lei 11.947, de 16 de junho de

2009, assume para incentivar e tornar viáveis empreendimentos de agricultura familiar. Trata-se de lei que define que, no mínimo 30% dos produtos destinados à alimentação escolar, devem ser provenientes da agricultura familiar.

Encerradas as apresentações, a coordenadora passou a palavra à gerente executiva do Instituto de Tecnologia Social, Irma R. Passoni, a quem cabia a função de relatoria. Passoni iniciou sua fala, sublinhando que sua tarefa era dupla: trazer à mesa documento contendo as discussões acumuladas no Fórum Brasileiro de Tecnologia Social e Inovação e sintetizar as contribuições dos participantes da mesa. Em relação à primeira tarefa, a relatora expôs as contribuições das Organizações da Sociedade Civil (OSC), incluindo as principais propostas que resultaram em documento (anexo), conforme segue:

1. Formular e implantar um programa nacional de inovação e tecnologia social, com o objetivo de promoção, financiamento, apoio e monitoramento de pesquisas e projetos voltados ao desenvolvimento de tecnologia social e inovação social.
2. Contemplar as seguintes áreas de atuação:
 - Água, preservação e gestão dos recursos hídricos;
 - Agricultura familiar e urbana;
 - Agroecologia;
 - Agroindústria autogestionária e cooperativada;
 - Arranjos produtivos locais (APL);
 - Arte e cultura;
 - Assistência social;
 - Comunidades tradicionais;
 - Desenvolvimento local participativo e sustentável;
 - Ecoturismo e agroturismo de base comunitária;
 - Educação;
 - Educação ao voluntariado;
 - Empreendimentos de economia popular e solidária;
 - Extensão tecnológica;
 - Fontes alternativas e renováveis de energia;

- Geração de trabalho e renda;
 - Habitação e moradia popular;
 - Inclusão digital, *software* livre e licenças abertas;
 - Iniciação científica e tecnológica;
 - Meio ambiente;
 - Microcrédito;
 - Direitos da criança e do adolescente;
 - Permacultura;
 - Pesca artesanal e piscicultura;
 - Preservação da biodiversidade;
 - Promoção da igualdade em relação a gênero, etnia, cor e pessoas com deficiência;
 - Reciclagem de materiais e coleta seletiva;
 - Recuperação e tratamento de resíduos;
 - Saneamento básico;
 - Saúde;
 - Segurança alimentar e nutricional;
 - Tecnologia assistiva.
3. Elaborar diretrizes e regulamentação para essas novas tecnologias e esse novo modelo de produção, uso e disseminação de tecnologia.
 4. Garantir recursos para financiar as atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias sociais, assim como o acesso da população a seus resultados e etapas de desenvolvimento.
- Criar um fundo próprio para a implementação do programa, com sugestão de alocação de recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).
 - O financiamento deverá abranger:
 - formação inicial e continuada;
 - pesquisa;

- desenvolvimento e implementação de tecnologias (técnicas, metodologias, processos, *softwares*, equipamentos, implementos, etc.);
 - divulgação por meio de publicações (artigos, cadernos de formação, revistas, livros digitais, etc.), espaços de intercâmbio (encontros, eventos, oficinas, visitas técnicas, redes sociais) e espaços em canais de comunicação (meios: audiovisual, impresso, digital, *site*);
 - fortalecimento institucional das organizações proponentes de projetos e do fórum representativo da sociedade civil organizada;
 - aquisição de bens materiais e não materiais.
5. Propor a Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia (Secis/MCT) como órgão do governo federal responsável pela coordenação do programa, com a participação da sociedade civil organizada.
- Fortalecimento das ações da Secis/MCT, com recursos próprios, oriundos do orçamento da União direcionados ao MCT.
6. Adotar estratégias de participação da sociedade civil organizada no monitoramento e avaliação do programa.
- Estabelecer uma instância representativa da sociedade civil organizada (fórum ou colegiado de expressão nacional) com a responsabilidade de monitorar de forma permanente a destinação dos recursos e a execução do programa.
 - Promover a utilização do Sistema de Acompanhamento de Tecnologias Sociais (Satecs), desenvolvido por encomenda da Secis/MCT, como instrumento de gestão do programa com controle social e transparência na divulgação dos dados.
 - Reativar o conselho consultivo da Secis/MCT e retomar as reuniões regulares, com representantes da sociedade civil organizada, poder público, setor produtivo e comunidade científica.
7. Privilegiar a execução de parcerias interministeriais e intersetoriais como forma de otimizar recursos e potencializar as ações de inovação e tecnologia social nas áreas previstas no programa. Destacam-se:
- Parcerias entre a Secis/MCT, ministérios (MEC, MDS, MDA, MinC, MTE) e órgãos da gestão pública estadual e municipal.
 - Parcerias com as instituições públicas de ensino e pesquisa, em todos os níveis.

- Parcerias com entidades de fomento e representação de empreendimentos de economia solidária, incubadoras tecnológicas de cooperativas populares das universidades e dos municípios.
8. Criar uma agência ou centro de referência para organizar, compartilhar, disseminar e comercializar as tecnologias e inovações sociais, envolvendo nesta cadeia universidades, institutos de pesquisa, empresas, gestão pública, associações representativas de comunidades locais e OSC.
 9. Instituir formas de participação de representantes da Secis/MCT, das organizações da sociedade civil e das comunidades locais produtoras de tecnologia social nos seguintes conselhos e órgãos colegiados:
 - Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq);
 - Conselho Deliberativo do CNPq;
 - Comitês Assessores do CNPq;
 - Comitê Multidisciplinar de Articulação do CNPq;
 - Conselho do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
 - Comitês Gestores dos Fundos Setoriais do Ministério da Ciência e Tecnologia;
 - Demais conselhos e comitês gestores das agências de fomento à pesquisa e desenvolvimento tecnológico.
 10. Fortalecer a extensão universitária, considerada fundamental para garantir a missão social da universidade e a formação de profissionais capacitados a promover o diálogo construtivo dos saberes, a valorização da diversidade socioambiental das regiões brasileiras e a apropriação das tecnologias sociais pelas comunidades locais.*
 11. Ampliar e estimular a criação de editais para projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovações sociais e tecnologias sociais cooperativados, ou seja, com compartilhamento de responsabilidades tanto na gestão quanto na execução entre universidades, OSC, instituições de pesquisa, poder público e empresas.
 12. Considerar, nas investigações científicas desenvolvidas por universidades e centros de pesquisa, as organizações locais e os princípios e valores da tecnologia social, como forma de incentivar que os conhecimentos produzidos nestas instituições beneficiem as comunidades.

* As propostas 9, 10, 11 e 12 foram extraídas da Declaração das ONGs – Ciência e Tecnologia com Inclusão Social (2005), disponível em <http://www.ctids.org.br/publicacao/arquivo/declaracao-das-ongs-3a-conferencia-de-ciencia-tecnologia-e-inovacao-2005>. As organizações que elaboraram o presente documento optaram por reapresentá-las.

A seguir, Irma Passoni citou uma frase de Thereza Penna Firme para introduzir a sua fala: “Não vá atrás de mim que posso não guiá-lo. Não vá à minha frente, que posso não segui-lo. Vá ao meu lado” (GIFE, 13.04.2010). Segundo ela, esse espírito de parceria e produção coletiva é uma das marcas essenciais da discussão proposta pelas tecnologias sociais.

Relembrando que o conhecimento é um dos direitos humanos, Passoni apresentou proposta que sugere claramente que as tecnologias sociais não se definem apenas por suas finalidades ou impactos sociais, embora estes sejam importantes: as tecnologias sociais implicam novos modos de produção do conhecimento, incluindo atores para além de pesquisadores, universidades e institutos de pesquisa e incluindo formas de conhecimento para além do científico *stricto sensu*, isto é, incluindo também conhecimentos populares e tradicionais, por exemplo.

Defendendo que as tecnologias sociais se relacionam à urgente necessidade de constituição de um novo projeto de sociedade, Passoni defendeu o estabelecimento de diálogos entre acadêmicos, empresas, governo e sociedade civil, ressaltando que deve se tratar de um diálogo horizontal, não hierarquizado.

Em seguida, Passoni enfatizou a necessidade de “lutar” pela ampliação da participação nos conselhos dedicados ao tema da ciência, tecnologia e inovação, bem como em instituições como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); também observou a necessidade de definição de fontes estáveis de financiamento às políticas públicas de inclusão social no campo da ciência, tecnologia e inovação, a fim de permitir a estruturação dessas políticas, para que não fiquem reféns de emendas parlamentares.

Agradecendo as participações da mesa, a coordenadora Larissa Barros observou a importância de os representantes de organizações da sociedade civil (OSC) estarem no espaço da 4ª CNCTI, a despeito da marca de “ambiente acadêmico” que tal espaço assume. Tal marca se deve ao fato de que, historicamente, estabeleceu-se que discutir CT&I é prerrogativa de acadêmicos, o que se reflete ainda hoje inclusive nos baixos graus de participação de OSC nas conferências regionais e estaduais.

Segundo Larissa, em especial quando se propõe pensar no tema da 4ª Conferência – que envolve o desenvolvimento sustentável – é necessário considerar as várias dimensões que isso envolve e também os *anseios dos cidadãos*. Isso significa assumir o importante papel que as OSC desempenham, não apenas no controle de gastos e resultados, mas desde o planejamento e construção das políticas de CT&I.

Outro fator destacado pela coordenadora da mesa foi que a tecnologia não se restringe aos dispositivos construídos no interior dos muros universitários ou de institutos de pesquisa, mas é produzida na interação entre atores, seus conhecimentos, suas necessidades e demandas.

Após o recebimento de um grande número de perguntas, a palavra foi passada aos membros da mesa, que responderam as mais pontuais, e a mesa se comprometeu a responder, por e-mail, as demais questões, além de organizá-las e incorporá-las ao relato final.

Antes do encerramento da mesa, houve concordância dos participantes da mesa e da sessão sobre a importância estratégica de promover, tão breve quanto possível, um debate nacional e internacional sobre o tema da inovação social, para dar sequência e aprofundamento ao debate realizado ao longo da 4ª Conferência.

Abaixo, apresentamos as questões propostas à mesa, organizadas a partir dos seguintes eixos:

Questões. Subdivididas em:

- Tecnologia social (conceito, implicações, compreensão)
- Educação
- Financiamento de iniciativas de TS
- Participação em políticas de CT&I
- Relação universidade-tecnologia social
- Indicadores e avaliação (de resultados e de impactos)
- Gerais

Propostas e diretrizes. Subdivididas em:

- Tecnologia social
- Democratização do sistema de CT&I
- Próximos passos
- Sugestões
- Observações
- Carta à IV Conferência Nacional de CT&I

Como se tratava de registrar *as ideias*, questões apresentadas na mesma filipeta podem ter sido desdobradas em duas ou três ideias no momento da organização e inclusive alocadas em eixos distintos, razão que reforçou nossa opção por omitir, neste relato, o nome dos autores.

1. QUESTÕES

Eixo	Questões
Tecnologia social	<ul style="list-style-type: none"> • Na visão de vocês, o reconhecimento das tecnologias sociais como política pública depende mais da vontade política ou da disseminação desse conceito e prática social? • Qual o significado da área de Ciências Humanas para o desenvolvimento de tecnologias sociais? • Como se aplica a tecnologia social no âmbito da cultura local de determinada comunidade? • O conceito de tecnologia social apresentado na mesa de ontem é bem distinto do colocado por vocês. Nele aparecia o sujeito – trabalhadores – que introduzia a tecnologia no processo de trabalho com o objetivo de apropriação coletiva do excedente e de uma produção autogestionária. Por que essas características não aparecem no conceito que vocês usam? • A tecnologia social parece ser um elemento importante na concepção de políticas públicas voltadas para inclusão social e desenvolvimento sustentável. Na possibilidade de criação de um programa nacional de fomento à tecnologia social, qual seria o melhor ministério para abrigá-lo? • Existem experiências internacionais importantes (Reino Unido, Índia, Austrália, Holanda) que já promovem reflexões e ações sobre inovação social. Como você vê o potencial da cooperação internacional para colaborar com o Brasil na consolidação das iniciativas de inovação social? Como fazer isto? • Com base no documento apresentado e na preocupação (RTS) de construir um novo modelo de desenvolvimento, pergunto: como enfrentar o contexto de “pensar” e “atuar” na TS num ambiente de economia de mercado? • Tivemos, ontem (26.05), sessão como esta, 15 minutos dedicados a uma exposição sobre responsabilidade social empresarial por um empresário. Hoje, tivemos uma exposição sobre as ações que o governo vem desenvolvendo no campo da inclusão digital e educação a distância. Que relação existe entre o objeto dessas exposições e o conceito de tecnologia social?
Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Já que estamos tratando de TS e de inclusão digital, pergunto: você não falou de software livre; o programa contempla o uso de energia limpa (junto à parabólica deverá ir também um kit de energia solar)? Como está sendo trabalhado o tema do lixo eletrônico no programa de ID? • Como aproximar as tecnologias sociais no fortalecimento da educação básica? • Como mostrar ao professor que aprender uma nova ferramenta tecnológica é essencial, já que muitos preferem o velho modelo de ensino, o que dificulta o processo de inclusão digital?

	<ul style="list-style-type: none"> • A massificação do ensino a distância não pode ser entendida como uma maneira de não investir e oportunizar o acesso à universidade para todos? • Os cursos técnicos não poderiam ser um passaporte para a universidade, sem precisar de um vestibular, já que o aluno aprende na prática e são os profissionais que suprem a demanda no mercado? • Como o MEC pretende atingir populações fora das regiões Sul e Sudeste (no programa de inclusão digital)? O que pretende o MEC fazer nas escolas que estão nas regiões onde ainda não há banda larga, a exemplo da Amazônia? • Os recursos digitais e a capacitação dos professores apresentados se estendem às universidades públicas? Em muitas universidades os professores não contam com recursos mínimos para elaborar e ministrar aulas, utilizando estratégias digitais, e os estudantes de graduação não dispõem de recursos para estudos, elaboração de seminários, pesquisas bibliográficas e outras atividades. • Os parâmetros de avaliação da educação a distância e educação presencial apontam a mesma eficiência nos dois sistemas? Que parâmetros são comparados?
Financiamento de iniciativas de TS	<ul style="list-style-type: none"> • Como garantir recursos para financiar as atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias sociais, assim como o acesso da população aos seus resultados e etapas de desenvolvimento? • O MCT, que abriga majoritariamente programas de fomento voltados para a iniciativa privada, conseguirá aportar recursos financeiros significativos para a tecnologia social? As organizações da sociedade civil conseguirão acessar tais recursos? • Esta é a 1ª mesa da 4ª CNCTI que trata da temática TS!! Isso significa que ainda muito teremos que percorrer para que a C&T deste país reconheça a necessidade de produzir conhecimento voltado para o desenvolvimento social? Como falar de inovação social se os investimentos do MCT não ultrapassam 2%? Qual a proposta desta conferência com relação aos investimentos públicos na área, incluindo as TS?
Participação em políticas de CT&I	<ul style="list-style-type: none"> • Como garantir recursos para financiar as atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias sociais, assim como o acesso da população a seus resultados e etapas de desenvolvimento? • Em outros países, há experiência de painéis do cidadão para debater questões de ciência e tecnologia. No Brasil, ainda está centrado em painéis de especialistas, seguido de 5 minutos de debates como esta conferência. Como promover a participação da sociedade civil na formulação de CT&I de forma permanente?
Relação universidades / institutos de pesquisa e TS	<ul style="list-style-type: none"> • Já existe uma articulação entre a pós-graduação e as tecnologias sociais? Como acelerar esse processo? • Existem iniciativas bem-sucedidas?

	<ul style="list-style-type: none"> • (Há) Exemplos de parcerias do Banco do Brasil com projetos (na área de Ciências Humanas), visando à formação do cidadão crítico e político? Quais editais de fomento estão relacionados à área das Ciências Humanas? • Como mobilizar a comunidade científica para a pesquisa na área das tecnologias sociais?
<p>Indicadores e avaliação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Preocupa-me o silêncio generalizado nesta conferência a respeito da necessidade de desenvolver índices de riqueza que identifiquem os serviços ambientais e sociais gerados pelas tecnologias sociais como parte da riqueza produzida por elas e, por outro lado, dilapidada pelas tecnologias e economia ditas convencionais, não solidárias, capitalistas. É possível avançar de fato nas TS sem que os agentes de PCTI tenham em mãos novos indicadores de riqueza? A Fundação Banco do Brasil pode colaborar para isso? • Como possibilitar de modo efetivo (acadêmico e empírico) o entendimento de tecnologias sociais para a comunidade universitária como um todo? • Nossa instituição trabalha há 38 anos no terceiro setor em educação, profissionalização, agricultura, pecuária. Queremos avaliar nosso trabalho frente às mudanças tecnológicas, mudanças na realidade social etc. Que órgão pode nos auxiliar nesta avaliação do trabalho social e redimensionamento de nossas atividades?
<p>Gerais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O PAIS pode ser considerado a mãe da agroecologia integrada e sustentável? • O que se tem feito como projetos, tanto do governo quanto das ONG, para despertar o gosto pela leitura e pela escrita? • Qual a sua opinião sobre a formação presencial (EAD) de profissionais em gestão de tecnologias sociais? • Qual é a proposta de tecnologia social para a Amazônia? • Vocês poderiam citar experiências de tecnologias de governança comunitária autogestionária? • Por que não há um representante da Secis/MCT na mesa? • A organização da 4ª CNCTI trouxe a Brasília cerca de 4.000 pessoas para conhecer ideias sobre a política de CT&I para o Brasil. Mas essas pessoas não têm espaço para dialogar e decidir sobre as melhores propostas para o governo implementar. Seria por falta de método ou decisão política de impedir o debate?

2. Propostas e diretrizes

Eixo	Proposições/diretrizes
Tecnologia social	<ul style="list-style-type: none"> • Formular e implantar um programa nacional de inovação e tecnologia social, objetivando promover e apoiar pesquisas e projetos voltados ao desenvolvimento de tecnologia social e inovação social. • Viabilizar a concretização de um programa nacional de inovação e tecnologia social que promova, financie e monitore pesquisas e ações em TS. • Estando a ciência, tecnologia e inovação como questão central para o desenvolvimento do Brasil, ela será também definidora do modelo econômico, social, ambiental e cultural que adotaremos. Sendo a tecnologia social uma das poucas, se não a única, que consegue abranger todos os aspectos necessários para a criação de um modelo sustentável, proponho que a tecnologia social seja reconhecida nesta conferência como uma área estratégica para a ciência, pesquisa, desenvolvimento e inovação. • Criar programa nacional de inovação e tecnologia social sob a coordenação da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social do MCT, auxiliada pela RTS e ITS Brasil, com ampla participação da sociedade civil organizada, com objetivo de esclarecer, promover, financiar, apoiar e monitorar ações (pesquisas e projetos) voltadas ao amplo desenvolvimento de TS. • Criar cursos tecnológicos em tecnologia social.
Democratização do sistema de CT&I	<ul style="list-style-type: none"> • Promover participação ativa da sociedade civil dentro dos “muros” estratégicos da ciência, tecnologia e inovação. Só com o saber da sociedade civil (saber popular) integrado com o saber da academia (saber academia) poderemos achar as soluções para os grandes entraves do convívio social. • Incluir no sistema nacional de C&T a representação das entidades da sociedade civil (inclusive os movimentos sociais de luta pela terra, pela habitação popular, catadores etc.) • No plano nacional de C&T para os próximos dez anos, incluir a prospecção e o atendimento das necessidades tecnológicas da agricultura familiar, catadores, construção de habitação popular, acesso à água potável e outras necessidades básicas dos seres humanos. • Criar o Instituto Nacional de Inovação Social (INIS) com sede e dotação orçamentária própria. • Viabilizar a participação ampliada (ex. da sociedade civil) em conselhos e agências de fomento, monitoramento de ações etc. • Tecnologia social deve ser área estratégica de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Esta é uma condição essencial para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

-
- Promover videoconferências mundiais para a continuidade dos trabalhos e transferência das tecnologias sociais, agregando todos os segmentos interessados. Urgente.
 - Incluir no documento final da 4ª CNCTI: para um verdadeiro reconhecimento de relevância social dessa área da ciência, tecnologia e inovação, garantir recursos para financiar as atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias sociais, assim como o acesso da população a seus resultados e etapas de desenvolvimento.
 - Proposta de linha de ação para política pública de CT&I: apoiar e financiar a criação, instalação e gestão de laboratório de tecnologia social nas universidades e centros de documentação e difusão cultural nos municípios.
- Próximos passos**
- Incluir no plano nacional de CT&I um programa nacional de inovação e tecnologia social, com o objetivo de promoção, financiamento, apoio e monitoramento de pesquisas e projetos voltados ao desenvolvimento de tecnologia social e inovação social.
 - As unidades de pesquisa do MCT (ao todo são 19) estão preparando seus planos diretores (2011-2014). A geração de tecnologias sociais poderia ser considerada uma dentre suas missões. Cabe à Secretaria de Inclusão Social pleitear dentro do próprio MCT.
 - Garantir, nesta 4ª CNCTI, a inclusão das propostas que contemplem as tecnologias sociais como garantia de direitos, que ela passe a ser uma política pública e que sejam contempladas as propostas apresentadas no Livro Azul da Conferência Nacional (*Em anexo, o documento intitulado CT&I para o desenvolvimento sustentável: contribuição das organizações da sociedade civil, que apresenta as propostas e a contribuição das organizações da sociedade civil*).

-
- Propor à Secis/MCT fazer parcerias com empresas de telefonia no sentido de agilizar a implantação da tecnologia nas regiões mais distantes, que ainda não são atendidas com a banda larga.
 - Proporcionar aos professores (fundamental, médio e universitário) oportunidade de se capacitar para promover uma inclusão digital adequada.
 - Angariar apoio do MCT e das FAP, inclusive com editais anuais, para realização de feira de ciências em todo Brasil com premiações na SNCT.
- Sugestões**
- Há alguns anos estamos vendo ocorrer uma aproximação e interação crescente de ações de trabalhadores da saúde com cultura. A Fiocruz está desenvolvendo, com a Secretaria Municipal de Saúde do município do Rio, uma proposta inovadora de formação de agentes culturais de saúde. Propomos que essa experiência seja disseminada e fomentada (pela Fundação Banco do Brasil?) para um ganho de escala em dimensão nacional dessa tecnologia, que ajudará a fazer emergir esse novo profissional para a inclusão cidadã.
 - Em Vitória (ES) desenvolvemos com o conselho popular da cidade, formação para empoderamento de 200 conselheiros locais de saúde, educação e meio ambiente. Estes conselheiros fazem “enraizamento em sua base territorial”. Incluindo ainda os
-

representantes da sociedade civil em todos os conselhos da cidade, com o intuito de promover controle social na perspectiva da sustentabilidade socioambiental. Para multiplicar, incluir fortemente o MEC e o MMA.

- A presente proposta leva em consideração o potencial de nossa sociedade em cooperar na redução das emissões de CO₂, procurando mitigar o aquecimento planetário.
- O Brasil conta hoje com tecnologias sociais dirigidas ao uso térmico da energia solar. Estas tecnologias são de fácil uso e reaplicação. Seu uso, residencial/comercial, permite uma redução das emissões de CO₂ provenientes das usinas termoeletricas, ao enviar água quente aos chuveiros elétricos. Pela simplicidade de uso, pela redução de consumo de energia elétrica, pelo aumento de renda e satisfação das famílias, pelo alívio do sistema elétrico nacional, sugere-se a elaboração de políticas públicas, incentivando o uso em escala destas tecnologias sociais em todo o Brasil.

Observações

- Sou tutora a distância do Neaade-UFES, curso de Artes Visuais. Acredito na EAD, pois é a forma de dar condições àqueles que desejam fazer uma graduação e não teriam chance se não através da EAD. Mas o que me preocupa é a timidez de investimentos e políticas públicas para o total incentivo a essa modalidade de educação, uma vez que a EAD atinge os mais longínquos municípios do Brasil e esses muitas vezes não têm autonomia e até cultura para colaborar na formação desses futuros profissionais.

Carta à 4ª CNCTI

- Em decorrência do desconhecimento da realidade social dos interiores (municípios) dos estados da Região Nordeste, percebe-se claramente que a formulação de editais de tecnologia social para inclusão digital (TIC), principalmente para a criação de telecentros do governo federal, são inadequados às realidades locais. Principalmente se levarmos em consideração as realidades das diversas escolas públicas da região, que não contam na maioria das vezes sequer com bibliotecas.
- Devido a esta realidade, a delegação do Nordeste em consonância com os movimentos sociais apresenta a seguinte proposta:
- Apoiar os projetos já existentes de tecnologia social para inclusão digital, levando em consideração a realidade local no intuito de garantir a sustentabilidade de todos os telecentros que venham a ser implementados. Para tanto, desejamos que a ciência se volte prioritariamente para atender as necessidades da sociedade brasileira, sendo necessária a participação de todos os segmentos sociais.

Janesmar Camilo de M. Cavalcanti (AL)

Ticiane J. de Souza (BA)

Luciano Campos (BA)

Gilcélia S das Neves (BA)

Teresinha G. (BA)

Jandecy Oliveira da Silva (AL)

Larissa Barros (AL)